



# Diário da Assembleia

N.º 135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, em 20 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 204ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1976.

QUINTA FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Ivo Thomazoni.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ivan Rüppel, Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença dos 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 203/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 274/76, mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de LEÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 203/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de LEÓPOLIS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Maria José Pegoraro de Souza, o Ginásio Estadual Dom João VI e a Unidade Sanitária, do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.  
(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 274/76.

#### PARECER

A presente Proposição n.º 274/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembleia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de LEÓPOLIS, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.  
(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 203/76.

Levanta-se a sessão,

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 205ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Muggiati Filho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Lázaro Dumont e Wilson Fortes (41) achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ivan Rüppel, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo. (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

- O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

# EXPEDIENTE:

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, preferência na votação do Substitutivo Geral da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei número 107/75.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei 123/76, que visa denominar Grupo Escolar "Isabel Lopes Santos Souza", o Grupo Escolar do Pinheirinho, bairro desta Capital.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ GRANDE SOBRINHO, ocorrido no dia de ontem, no município de Pitanga.

O extinto era comerciante de grande influência e uma das pessoas mais estimadas naquele município.

Requer, outrossim, se dê ciência à respeitosa família do falecido dos votos em questão.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) JURANDIR MESSIAS.

### REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ NOGUEIRA MONTEIRO, ocorrido na cidade de Londrina.

Comerciante de café, fundador da AAMEL — Associação de Amparo ao Menor de Londrina e da CATIVA — Cooperativa Agropecuária de Londrina, LUIZ NOGUEIRA MONTEIRO, desde 1948 residia em Londrina.

LUIZ NOGUEIRA MONTEIRO foi ainda fundador da Cia. Rural de Armazéns Gerais de Londrina durante 4 anos, além de Sócio-fundador do Centro do Comércio do Café do Norte do Paraná, além de membro da Sociedade Rural e da Associação Paranaense de Cafeicultores.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL.

### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja aprovado um voto de congratulações ao jornal "DIÁRIO POPULAR", pela sua edição 4.000, desde que este matutino vem admiravelmente mantendo sua posição independente, bem informando ao público, no curso tiragens diárias.

Requer outrossim, seja o presente voto comunicado ao referido matutino na pessoa de seu diretor proprietário, Dr. Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto plenário, seja consignado um voto de regozijo pela publicação da "Edição 4.000 do "DIÁRIO POPULAR", enviando-se cópia do presente ao seu diretor e fundador, Sr. ABDO AREF KUDRI.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO

ENÉAS FARIA

## JUSTIFICATIVA:

Quando um jornal consegue sobreviver, mantendo uma linha de independência e imparcialidade até atingir sua edição 4.000, a sua existência está definitivamente consolidada.

Mantendo um exemplar corpo de funcionários, o jornal "DIÁRIO POPULAR" faz jus ao título escolhido por seu diretor e fundador.

É um dos periódicos mais lidos pelas classes humildes do Paraná.

Suas edições, por conterem divulgações corajosas, abordando assuntos, às vezes, considerados verdadeiros "tabus", são comentadas em todos os rincões de nosso Estado.

Felicitamos, portanto, a direção e funcionários do "DIÁRIO POPULAR", pela passagem da data que assinala a edição de seu 4.000 exemplar, almejando que sua vitoriosa labuta sirva de exemplo àqueles que acreditam em uma imprensa sadia e que agora podem saber que o trabalho e a imparcialidade são fatores preponderantes para chegar até lá.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e;

Considerando que a Rodovia BR-277, trecho Curitiba-Ponta Grossa, é uma das rodovias mais movimentadas do País;

Considerando que através da mesma se escoam a maior parte da produção agrícola do oeste e do sudoeste do Paraná;

Considerando que face à topografia da região, os aclíves são de índice acentuados;

Considerando que a pista de rolamento, única, face ao grande tráfego, é insuficiente para o escoamento rápido dos veículos;

Considerando a estreiteza das pontes existentes no referido trecho rodoviário, representa, também, um perigo constante,

Requer, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, solicitando a construção de uma terceira via em todos os aclíves do referido trecho da rodovia, assim como o alargamento das pontes ora existentes, eis que tais obras facultarão melhor escoamento das safras aos seus variados destinos, e, principalmente, ao Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) EGON PUEDELL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Doutor JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado, sugerindo-lhe

amparar as famílias que tiveram seus lares destruídos com a explosão de 1,5 tonelada de dinamite, em razão de incêndio do caminhão que a transportava por uma das vias centrais desta Capital, o que poderá ser feito com base no relatório elaborado pelas autoridades competentes e, através de mensagem a esta Casa, solicitando abertura de crédito especial para minimizar a precária situação desses habitantes de nossa cidade, pois, tal evento pode ser classificado até mesmo como calamidade pública e o auxílio do Estado em seu favor está previsto nas normas constitucionais da Emenda número 03, ora em vigor.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 2 de setembro último, a imprensa do mundo inteiro noticiou que a explosão de uma carga de 1.550 quilos de dinamite abalou Curitiba.

Diversas casas foram destruídas e muitas famílias ficaram desabrigadas.

A única providência das autoridades estaduais para amenizar o problema desses paranaenses, segundo se noticiou, foi a abertura de crédito em estabelecimento oficial, mediante o pagamento de juros e correção de estilo.

Falou-se em apurar responsabilidades civis e criminais, o que deve estar sendo procedido pelos canais competentes, mas, a angustiante situação desses cidadãos merece uma atenção mais imediata e eficaz.

Devemos atentar para o fato de que a carga de dinamite transportada pelo fatídico caminhão, que explodiu em pleno Quadro Urbano da Capital paranaense, superava em muito aquelas usadas pelos "Kamikases" durante a última guerra mundial, para fazer explodir navios em suas viagens suicidas...

Soubemos que a Prefeitura de Curitiba solicitou autorização ao legislativo municipal a fim de conceder auxílio às vítimas da explosão.

Todavia, independentemente, do resultado de qualquer ação civil ou criminal, "data venia", entendemos que é dever do Estado amparar de imediato todas aquelas famílias, pois, aqui se faz necessária a proteção e assistência prevista no artigo 135 de nossa Carta Magna Estadual.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 124/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica declarada de utilidade pública, pela sua Delegacia Regional do Paraná, a ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO.

#### JUSTIFICATIVAS:

A ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, como seu próprio nome indica, reunindo os ex-alunos daquele centro militar de altos estudos, vem prestando relevantes serviços ao País, no exame e debate dos grandes problemas nacionais e regionais, para os quais propõe as soluções que lhe parecem mais adequadas e que, muitas vezes, têm sido adotadas com êxito por órgãos governamentais de todas as esferas.

A delegacia do Paraná, particularmente, se tem revelado de uma invulgar atividade, realizando pesquisas sobre problemas paranaenses e editando diversos trabalhos com os resultados dos seus estudos e conclusões, além de realizar, periodicamente,

cursos de alto nível que visam a conscientizar as elites intelectuais para as necessidades do País, tendo formado, desde 1963 à 1975, 1.118 alunos em nosso Estado.

Por todos esses motivos, acreditamos que este projeto de lei merecerá o apoio dos nossos nobres Pares.

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 125/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica declarada de utilidade pública e Sociedade Beneficente Lar Belém, com sede e foro no município de NOVA SANTA ROSA.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de Outubro de 1976.

(a) EGON PUDELL.

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Lar Belém foi fundada em 06 de janeiro de 1973, com finalidade filantrópica, tendo como objetivo principal construir um asilo para órfãos, dar assistência às crianças de famílias desamparadas, dando também assistência pré e pós natal às mães carentes de recursos, completando assim o ciclo de suas finalidades e não visando lucros.

Nestas condições preenche todos os requisitos necessários à sua declaração de utilidade Pública.

Dai o Projeto de Lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado LINEU TURRA.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Telefones nos distritos são ligados dia 14 de novembro".

É essa, Srs. Deputados, a campanha de desespero que vem sendo feita pelo partido governista, no interior dos municípios.

Todos os meios estão sendo usados para enganar o povo.

E nós ficamos a pensar o que é que irão dizer, ao povo, depois das eleições.

O feijão preto é importado para ser vendido ao povo por 6 cruzeiros e 50 centavos o quilo.

Mas, Srs. Deputados, esse mesmo feijão é colocado no mercado, para ser vendido a 23 cruzeiros e 50 centavos o quilo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é bem esse o assunto que nos traz à tribuna.

Em dias anteriores, encaminhamos, através da Casa, um apelo às autoridades federais para que se construísse um viaduto na BR 116, na passagem de nível que liga a estrada de Paranaguá a São José dos Pinhais.

Recebemos correspondência do DNER dizendo que já está incluído, no Plano de Obras, a construção desse viaduto.

Entretanto, Sr. Presidente, acabamos de receber do Ministro dos Transportes uma correspondência, em resposta àquela nossa solicitação através da Casa, que está nos seguintes termos: (LE):

"Sobre o assunto em pauta, após apreciação da Empresa Brasileira dos Transportes, EBTU, cabe-me informar, de ordem do Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, que em projetos definidos na Exposição de Motivos, datada de 06 de agosto de 1976, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, foram assegurados recursos daquela empresa para melhoria dos transportes urbanos na região de Curitiba. Entretanto, não foi incluída na referida Exposição de Motivos a construção dos viadutos na BR-116, na parte que liga a Estrada de Paranaguá e São José

dos Pinhais.

Este fato não impede que a solicitação formulada por essa Assembléia seja incluída, para estudo, na próxima programação”.

Por aí pode-se verificar que não há da parte das autoridades estaduais qualquer interesse na solução dos problemas que afligem o nosso povo.

Nós ressaltamos os diversos inconvenientes que existem no atual sistema de tráfego nos citados locais.

E aí está a preocupação do MDB, em dar sugestões ao governo para solucionar problemas que são angustiantes para o povo e que também trazem resultados positivos à economia não só do Estado mas também nacional.

Porque, como salientamos na exposição de motivos do nosso requerimento, a construção daquele viaduto irá trazer benefícios incalculáveis, não só no que diz respeito à economia de combustível, como também de tempo, favorecendo desse modo aqueles que por ali trafegam e ficam com seus veículos parados, até que abra o sinal e possam transpor a rodovia.

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é como se diz, que o MDB não traz soluções, sugestões ao Governo, não dá condições ao Governo de melhorar seu plano de administração, mas o governo não pode reclamar isso da Oposição, porque, se o Governo se sente incapacitado para resolver o problema, que deixe de ser governo, porque nós da Oposição, quando formos Governo, saberemos solucionar os problemas administrativos do Estado e da Nação. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa consulta a liderança do MDB se usará do horário reservado para a sua bancada.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, da Liderança da ARENA.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos deixar de usar a tribuna, para nos congratularmos com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, quando amanhã será inaugurada uma das mais importantes obras de nossa região, Vale do Ivaí, uma estrada reivindicada por aquela região, e que trará grande progresso a nossa terra.

(LÉ): “A BR- 272, Rodovia Mauá-Ivaiporã, incluindo os acessos de Faxinal e Jardim Alegre, tem quase 91 kms, e foi construída totalmente com recursos do Estado, custando a importância de 131 milhões e 839 mil

cruzeiros. Para os municípios de Ivaiporã, Jardim Alegre, Porto Ubá e Faxinal, o encurtamento da distância até o eixo da BR-376 (Rodovia do Café), virá constituir-se na melhor alternativa, já que, todos passarão a experimentar opções válidas na circulação dos produtos resultantes das áreas de cultivo do soja, café, milho, feijão, arroz, trigo, mamona, rami, da criação de gado leiteiro e de corte, suínos, aves e da industrialização da madeira de lei, de grande influência nesta região.”

Por sua vez, dentro do programa das estradas alimentadoras, estão sendo executadas na região do Vale do Ivaí, as seguintes obras: Faxinal-Grandes Rios; Porto Ubá-São João do Ivaí; Fenix-Quinta do Sol-Engenheiro Beltrão; Bom Sucesso-São Pedro do Ivaí-São João do Ivaí; Ivaiporã-Manoel Ribas-Pitanga; Iretama-Pitanga; e a rodovia de primeira categoria, de Pitanga-Rio Bonito-Guarapuava.

O DER executa na região, algumas obras de artes especiais como as pontes sobre o rio Cantu, pela BR-158, de Palmatal a Pitanga; entre Bom Sucesso e entroncamento da BR-369, sobre o Rio Ivaí; de Engenheiro Beltrão a Quinta do Sol, da PR-082, a ponte sobre o Rio Mourão; ainda no eixo da PR-082, entroncamento-Fênix, sobre o leito do Rio Arurão; ainda na PR-082, entre os municípios de Engenheiro Beltrão

e Terra Boa, a ponte sobre o rio Claro I; de Faxinal a Grandes Rios, pelo eixo da PR-451, vamos encontrar obra de arte sobre o Rio Alonso, além das várias outras a medida em que se toma a direção do Rio Ivaí acima.

Com a inauguração da estrada Mauá-Faxinal-Porto Ubá-Ivaiporã, compreendida pelos trechos das rodovias federais BRs 272 e 466, o Governo do Estado, terá condições de acelerar as obras intermunicipais que vêm sendo postas em prática na Região do Vale do Ivaí através do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para o Escoamento das Safras PROSAFRAS”.

Está sendo executado o projeto da estrada São Domingos-Borrázópolis-Kaloré-Marumbi-São José ligando esta estrada a Mauá-Ivaiporã a BR-369.

A linha de ônibus que será inaugurada amanhã Ivaiporã-Curitiba virá atender diretamente o povo daquela região e 16 municípios do Vale do Ivaí.

Não é campanha de desespero.

O Governo não tem tempo para interromper as suas obras porque vai haver eleições.

É isto que o povo quer, trabalho e progresso para o nosso Estado.

O Governo está abrindo frentes de trabalho em todos os setores, quer no de comunicação, quer no de ensino.

A nossa região amanhã receberá S. Exa. o Governador do Estado com festa porque vê coroada de êxito uma luta de muitos anos, a qual virá atender diretamente a nossa região.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar o seguinte requerimento. (LÉ):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, de um voto de congratulações a Sua Exa. o Sr. Governador do Estado, pela inauguração do asfaltamento da estrada PR-272 numa extensão de 90 km, ligando Mauá a Ivaiporã.

Inauguração esta que vem de encontro aos anseios de toda a população do Vale do Ivaí, região das mais progressistas de nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.

Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 196/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 196/76, mensagem 56/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 197/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 220/76, mensagem número 70/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de BORRAZÓPOLIS, objetivando o fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local conforme específica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 198/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 223/76, mensagem número 70/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de WENCESLAU BRAZ, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local conforme específica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 104/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 200/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 242/76, mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de PIRAÍ DO SUL, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR LEANDRO MANOEL DA COSTA, do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 201/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 250/76, mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SENGES, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 202/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 260/76, mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de BARBOSA FERRAZ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 107/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem número 48/75, encaminhando anteprojeto de Lei autorizatório que visa estabelecer por Decreto, o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas dos Fundos de Reequipamentos que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CSP., com EMENDAS SUBSTITUTIVAS, e favorável da CP, à EMENDA SUBSTITUTIVA da CF., por unanimidade. — Em Regime de Urgência.

Sobre o mesmo, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando preferência de votação do Substitutivo Geral da Comissão de

Finanças. Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Finanças. — **Aprovado.** — Aprovado este Substitutivo, as demais emendas deixam de existir, por estarem prejudicadas.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 84/76, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de BOCAIUVA DO SUL, os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidroelétrica de Tunas, entregues à responsabilidade daquele município pela Administração de Recursos Hídricos. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., CTIC., e da CIOPTC., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 204/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 278/76, mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de MEDIANEIRA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 204/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de MEDIANEIRA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola São Paulo, Escola Henrique Dias, Escola Presidente Vargas, Escola Nossa Senhora da Salette, Escola Santos Dumont e a Escola Padre Vieira, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 278/76

A presente Proposição número 278/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de MEDIANEIRA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 205/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 287/76, mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do

Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de PORECATU, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o NÚCLEO SOCIAL do referido município. Parecer favorável da CCI., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer do Projeto de Resolução nº 205/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de PORECATU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Núcleo Social, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 287/76

A presente Proposição número 287/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de PORECATU, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 206/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 295/76, mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SAPOPEMA, objetivando execução de reparos em prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquele município. Parecer favorável da CCI., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer do Projeto de Resolução nº 206/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de SAPOPEMA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Municipal Capinzal, Escola Municipal Lageado Liso, Escola Municipal São Roque, Escola Municipal Esperança, Escola Municipal Cordeiros, Escola Municipal Rodeio Bonito, Escola Nova e Escola Lambari, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Adalberto Daros - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 295/76

A presente Proposição número 295/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de SAPOPEMA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Adalberto Daros - Relator

O SR. PRSEIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Nogueira Monteiro, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 123/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Grande Sobrinho, ocorrido no município de Pitanga. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Diário Popular" pela sua edição número 4000. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe amparar as famílias que tiveram seus lares destruídos com a explosão do caminhão conduzindo dinamite. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela publicação da Edição número 4000 do "Diário Popular". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a construção de uma 3ª via nos aclives da Rodovia BR-277, trecho Curitiba-Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, pela inauguração do asfaltamento da estrada PR-272, ligando Mauá a Ivaiporã. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 200/76, 201/76, 202/76 e de Lei número 107/75 e 84/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 204/76, 205/76, 206/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 207/76, 208/76, 209/76, e de Lei números 179/75, 35/76, 99/76, 102/76, 110/76, 111/76 e 113/76.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 22, às

10,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Resolução números 150, 151, 152, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 188, 189/76 e de Lei número 65/76.

Levanta-se a sessão.

**RESOLUÇÕES:**

**RESOLUÇÃO Nº 147/76**

**DATA:** 15 de outubro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Nova Fátima, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Fátima, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Adelaide Glaser Ross e o Ginásio Estadual Dr. Aloysio de

Barros Tostes, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 148/76**

**DATA:** 15 de outubro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Londrina, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Londrina, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur Bernardes, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 15/10/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente